

FHC

RUBEM AZEVEDO LIMA

- 5 FEV 1995

# As queixas do presidente

Anunciara-se que o presidente Fernando Henrique Cardoso faria um balanço das atividades governamentais, pelo decurso do primeiro mês de seu governo. Mas não foi exatamente o que o presidente fez. Ele preferiu, antes, queixar-se dos catastrofistas e dos demagogos, transferindo para terceiros, até com certa procedência, as responsabilidades por alguns desacertos que marcaram os últimos 30 dias.

Pouca gente põe em dúvida a boa-fé com que o presidente FHC toma decisões. Ele, no entanto, parece não acreditar muito na sinceridade das críticas, cobranças e iniciativas dos adversários, atribuindo a todas a marca da demagogia e da torcida pelo fracasso do governo. Diga-se, de passagem, que o pior poderia acontecer aos brasileiros — seus correligionários ou não — seria mais um fracasso governamental, que implicaria o do próprio Brasil.

Ao adotar a estratégia do ataque, no pronunciamento que fez ao país, em cadeia nacional de rádio e televisão, FHC pôs, contudo, o Congresso no banco dos réus. Afinal, foram os congressistas da legislatura anterior — quase a metade reeleita — que aprovaram a anistia para os abusos cometidos por alguns deles nas eleições. Foi esse mesmo Congresso que elevou o salário-mínimo para os trabalhadores e aumentou o subsídio dos parlamentares, dos ministros, presidente da República e vice-presidente.

Em sua fala aos brasileiros, porém, o presidente escolheu os temas que devia esquecer, todos relacionados com os erros imperdoáveis de seus ministros. Faltou, portanto, sob tal aspecto, um mínimo de imparcialidade por parte do chefe do governo, a fim de zerar, de lado a lado, o balanço dos desacertos do Executivo e do Legislativo.

De qualquer forma, descontada esta lacuna, que pode ter sido casual, FHC soube administrar o tom de suas queixas, para não agravá-las. O efeito político da posição inconfortável em que ele deixou o Congresso, como instituição, aparecerá somente na reabertura dos trabalhos legislativos. Na ocasião, ele estará submetendo ao exame dos legisladores suas propostas de revisão constitucional. O problema de um erro de avaliação política, localizado na ação de um governante — conforme afirmava um velho parlamentar acadiano —, é que as consequências vêm sempre depois. Até lá, pode ser, porém, que o teor das declarações do presidente seja esquecido ou que os congressistas retornem à Brasília dispostos a fazer de conta que não o percebera. Mas o presidente FHC, em suas próximas falas, deve abordar os próprios erros e os de seus ministros, para não parecer que tem — e ele já disse que não tem — a presunção de ser infalível. Ninguém ignora que FHC, por sua formação democrática e vítima de ditaduras, também não considera o erro como direito divino de quem governa.